

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Francismara Janaina Cordeiro de Oliveira
Jéssica Maria Rosa da Cunha
Elizabeth Regina Streisky de Farias

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – CAMPUS PARANAGUÁ

francismara21@gmail.com

jehmrcunha@gmail.com

Elizabeth.farias@unespar.edu.br

Este estudo aborda a Inclusão dos alunos surdos realizando uma pesquisa histórica referente às lutas que deram origem aos direitos conquistados até os dias atuais, apresentando uma breve análise das leis que os amparam, bem como uma análise acerca da inclusão dos alunos surdos na Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranaguá, objetivando conhecer como a inclusão acontece nesta instituição, quais os mecanismos para que isso aconteça e ainda, entender a contribuição de professores, alunos e intérpretes neste processo. Inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica, buscando na literatura pertinente documentos que dessem embasamento teórico. Em um segundo momento foi aplicado questionários com perguntas dissertativas que buscavam respostas a respeito da inclusão e que envolviam questões para aqueles que participam de alguma forma, do segundo ano de pedagogia da referida Universidade. Após a análise das respostas referentes aos questionários foi verificado que os professores compreendem a necessidade da interação entre professor e aluno, porém identificam-se com o despreparo para atender estes alunos. Os alunos surdos, em sua maioria, relatam que não se sentem incluídos na Universidade, devido à dificuldade na comunicação, os intérpretes relatam desconhecer esforços por parte dos professores para incluir o aluno surdo na sala de ensino regular, bem como não identificam alternativas, por parte dos professores, para possibilitar o melhor aprendizado a esses alunos. Com relação aos alunos ouvintes, grande parte acredita que o processo de inclusão está acontecendo na turma que estão inseridos, porém há uma parcela que apresenta críticas a este processo.

Palavras-Chave: Aluno Surdo, Inclusão, Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Atualmente muito se fala sobre a inclusão e a igualdade de condições de acesso e permanência nas instituições de ensino. Segundo a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, que trata sobre aspectos referentes à pessoa com deficiência, define-se como “dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015) e ainda em seu artigo 27 determina como direitos da pessoa com deficiência uma educação inclusiva que proporcione desenvolver todas as habilidades, sejam elas físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, respeitando suas individualidades e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Com a garantia do acesso à educação o número de alunos com deficiência matriculados no ensino superior cresceu nos últimos anos. Segundo notícia publicada no portal do MEC (2012):

A quantidade de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior aumentou 933,6% entre 2000 e 2010. Estudantes com deficiência passaram de 2.173 no começo do período para 20.287 em 2010 — 6.884 na rede pública e 13.403 na particular.

Nessa porcentagem, além de todas as deficiências, estão incluídos também os alunos surdos. Na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - *Campus* Paranaguá, atualmente conta-se com seis alunos surdos matriculados, sendo 03 destes no curso de pedagogia, um no curso de matemática e dois no curso de administração. Mas, como a universidade está recebendo esses alunos? O campus está dando o devido suporte a eles? Como está sendo a relação aluno/professor?

Segundo Carvalho (2016), apenas o acesso nas instituições, não garante a inclusão, é preciso oferecer recursos que assegurem a aprendizagem do aluno com deficiência e a sua permanência no ambiente, superando assim, as barreiras impostas por uma educação excludente. A universidade deve então, não apenas acolher o aluno em seu meio como também fornecer os subsídios necessários para que a sua aprendizagem e permanência sejam garantidas, visto que, o aluno surdo que ingressa no ensino regular fica com o seu aprendizado comprometido se a instituição não oferecer o devido suporte, entre eles, o intérprete em sala de aula e a adequação das atividades e avaliações, tendo em vista que a primeira língua destes indivíduos não é o português.

Silveira (2013, p. 20), considera que:

A escola, bem como o professor deve não apenas conhecer a metodologia mais adequada para aprendizagem dos alunos surdos, mas sim, promover um currículo inclusivo, que promova uma aprendizagem que contemple a língua portuguesa como a segunda língua e flexibilização na avaliação das produções de escrita do alunado surdo.

Cabe às instituições que recebem estes alunos, o papel de adequar meios para proporcionar de fato a aprendizagem destes educandos.

Durante o período de formação na UNESPAR – *Campus* Paranaguá, o contato com professor surdo, e a disciplina de LIBRAS, incitou grande interesse em conhecer como este trabalho era realizado. Desde então, as dificuldades encontradas neste meio não passaram despercebidas e foi possível perceber como a falta de suporte afeta o aluno e seu aprendizado, pois na disciplina de LIBRAS, não havia intérprete que auxiliasse o professor surdo na comunicação, dificultando a aprendizagem, visto que, não havia por parte dos alunos conhecimento nenhum sobre a língua de sinais, tornando inacessível a comunicação com o professor.

No caso específico do professor a instituição não assegurou o suporte mínimo para garantir a comunicação. Seria diferente com os alunos?

Diante desta vivência buscou-se pesquisar esta temática com o intuito de conhecer como a UNESPAR – *Campus* Paranaguá recebe estes alunos, e quais estratégias são usadas para que estes concluam os cursos para qual prestaram vestibular, respeitando sua identidade cultural e social, bem como investigar a concepção dos professores acerca da inclusão, uma vez que grande parte dos professores não usa a língua de sinais (LIBRAS), e por fim averiguar a percepção das alunas quanto ao seu aprendizado e compreender as diversas barreiras que o surdo tem enfrentado na sala de aula durante o processo de aquisição de conhecimento.

Sendo assim, optou-se por fazer um estudo de campo envolvendo uma turma com três alunos surdos matriculadas em um dos cursos da Universidade Estadual do Paraná - *Campus* Paranaguá, 09 professores e 02 intérpretes.

METODOLOGIA

Primeiramente, estudos e leituras foram realizados para que fosse possível reconhecer a surdez no âmbito da educação especial em contexto mundial, bem como em território brasileiro. Após a contextualização histórica, optou-se por levantar questões acerca das problemáticas que envolvem os surdos, professores e intérpretes. Diante disso, realizou-se também uma análise das leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência.

Após as duas etapas citadas, optou-se por fazer um estudo de campo que envolveu um questionário aplicado a pessoas ligadas à uma turma com três alunos surdos matriculadas em um dos cursos da Universidade Estadual do Paraná - *Campus Paranaguá*, trazendo questões que abordavam as situações de aprendizagem vivenciadas pelos alunos surdos, ao trabalho desempenhado pelos professores e intérpretes e a percepção dos alunos ouvintes quanto à inclusão. Para apresentação da análise, optou-se por utilizar letras para distinguir os participantes da pesquisa, portanto serão identificados da seguinte maneira: ALUNO OUVINTE A, ALUNO SURDO A, PROFESSOR A e INTÉRPRETE A.

Ao todo trinta e nove pessoas participaram desta etapa da pesquisa, sendo: nove professores, dois intérpretes, vinte e cinco alunos ouvintes e três alunos surdos.

ANÁLISE DOS DADOS

Na análise das respostas recebidas, constatou-se que o conceito do processo de inclusão ainda não é claro para 56% dos alunos ouvintes, contudo, isto pode ser relacionado ao fato de que ainda não tiveram a disciplina que trabalha a inclusão, como também o assunto, apesar de bastante debatido, não apresenta eficácia nas discussões realizadas. Notou-se ainda que 44% dos alunos definem em suas respostas que o processo de inclusão deve favorecer a igualdade de oportunidades, oferta de suporte que minimizem as dificuldades das pessoas com deficiência e a promoção do respeito. Para o ALUNO OUVINTE O a inclusão “É todas as pessoas com todas as suas diferenças, terem acesso com suporte a todos os lugares que desejam frequentar e interagir”.

Em concordância com o ALUNO OUVINTE O, Carvalho (2016), considera que o processo de inclusão é aquele que deve proporcionar ao aluno todo atendimento às suas necessidades, usando de recursos, apoios e encaminhamentos, com a finalidade de criar as condições necessárias, assegurando assim, que estes sujeitos tenham as mesmas oportunidades de desenvolver seus potenciais.

Com relação a segunda questão presente no questionário dos alunos ouvintes, “O que sabe sobre LIBRAS?”, foi possível observar que 72% compreendem Libras como a língua oficial dos surdos. Dentre as respostas obtidas destacou-se a do ALUNO OUVINTE X, compreende que “LIBRAS é algo que todos deveriam ter a consciência em aprender, para que os surdos não se sintam excluídos quando tiver contato com os ouvintes. A Libras é a língua dos surdos, onde ele pode se comunicar de forma adequada”.

Ao serem questionados se a inclusão realmente acontece na sua turma, 64% acredita que a inclusão acontece, porém muitos destes levantam questões relacionadas ao papel do professor na inclusão, salientando a falta de preparo e interesse de alguns professores. Segundo estes alunos “alguns professores não compreendem as dificuldades dos surdos ou pouco se importam, acreditam que ter uma intérprete é suficiente, não adaptam as aulas e não se preocupam se estão aprendendo ou não” (ALUNO OUVINTE M). Para que a inclusão aconteça é necessário refletir sobre o papel do professor e da instituição e as suas atribuições, entendendo que a presença do intérprete é indispensável, porém insuficiente. (BISOL, *et al*, 2010).

Quando questionados sobre “O que você acha necessário para melhorar a comunicação entre os alunos surdos e ouvintes?”, 16% acreditam que o melhor caminho é inserir LIBRAS desde as séries iniciais. O ALUNO OUVINTE C acredita que o caminho é “que haja LIBRAS na grade curricular desde as séries iniciais até o ensino superior, tornando-a uma segunda língua para nós, facilitando o processo de inclusão que está cada vez mais presente”.

Para Silva e Daxenberger ([2015?], p. 03) “assim sendo, a escola deve ou deveria incluir dentre suas disciplinas a Libras para que desde cedo os alunos a conheçam e a pratiquem no decorrer de suas vidas, e assim a educação seja realmente considerada inclusiva”. A apropriação de LIBRAS desde a infância seria um processo de aproximação da língua e cultura do povo surdo, algumas questões referentes ao processo de inclusão seriam mais claras e com isso, aconteceriam com mais naturalidade.

Os professores, ao responderem como avaliam a inclusão no Ensino Superior, 66,6% concordam que a inclusão é deficitária e insuficiente. O PROFESSOR B vê a inclusão “Como uma necessidade e processo legal, já que o aluno tem direito de estar em várias instituições públicas”. De acordo com 13.146/2015, em seu artigo 27º “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida” (BRASIL, 2015)

A segunda questão presente no questionário destinado aos professores era “Quais recursos são necessários para que o professor assegure sucesso no processo de ensino aprendizagem para alunos surdos?”. 66,6% dos professores concordam que sejam necessários alguns recursos para que haja o aprendizado do surdo, como materiais visuais, intérprete, cursos de formação continuada e LIBRAS.

Para o PROFESSOR E é necessário que haja “Formação continuada para atender a diversidade e lógico formação em LIBRAS”. Com relação a isso, Betim (2013, p. 18) “Não há como desconsiderar a formação inicial e continuada dos professores como um fator de

extrema importância na constituição de uma prática educativa comprometida com uma aprendizagem qualitativa”.

Quando indagados sobre as estratégias usadas para explicar os conteúdos para o aluno surdo, 50% relatam que buscam usar aulas expositivas, apresentações em power point e vídeos.

O PROFESSOR E conta que “Quando uso vídeos verifico se há legendas para que não cause mais dificuldades a elas”.

O PROFESSOR D, usa outros recursos:

Utilizo a fala mais pausada e com dicção clara, próxima aos alunos. Procuo mediar a aprendizagem inteirando-os do que estou ensinando. Constantemente observo se os (as) alunos (as) surdos estão acompanhando com interesse as explicações. Como há a presença da intérprete, sua participação é fundamental no processo, pois faz a intermediação, traduzindo para a Língua de Sinais, o que está ocorrendo na aula.

Portanto, compreende-se que grande parte dos professores percebe a necessidade da adequação metodológica para garantir o aprendizado do aluno surdo.

O PROFESSOR A relata que:

Dou aula para a turma e só explico diferente quando consultado (muitas vezes, mas nunca por aluno surdo). Tenho colocado avaliações diferentes para eles e me arrependo por isso. Não foram avaliações melhores que permitiram a formação, foram simplesmente avaliações mais fracas.

Alguns professores ainda não têm clareza da necessidade de trabalhar de forma diferenciada com estes alunos, demonstrando a necessidade emergente de formação nesta área, para a compreensão de que as capacidades dos alunos surdos são as mesmas dos ouvintes, portanto, não é preciso aplicar avaliações “mais fracas” e sim, buscar estratégias metodológicas diferenciadas.

Betim (2013) comenta sobre a capacidade dos alunos surdos, as quais não são inferiores, pelo contrário, tem se aproximado ao desempenho dos alunos ouvintes, portanto é preciso se pensar na mudança das práticas pedagógicas, já que muitas vezes são voltadas para os alunos ouvintes.

Com relação a questão 04 do questionário “quais dificuldades o Sr. (Sra.) percebe na aprendizagem do aluno surdo”, muitos relatam a falta de atenção, dificuldade em devolver materiais escritos, uso excessivo de celular e falta de leitura do material previamente requisitado.

De acordo com o PROFESSOR A, as dificuldades na aprendizagem do surdo são: “Prestar mais atenção no intérprete, ler os textos, consultar mais o professor para aprender, protestar muito as notas e não tirar xerox dos textos”.

Para o PROFESSOR D:

As dificuldades são muito semelhantes às dos alunos ouvintes, pois o aprendizado dos conceitos trabalhados no ensino superior, exigem uma complexidade que impõe aos alunos leituras, disciplina para aprender e dedicação de tempo e estudos. Para os alunos surdos há ainda o acréscimo de que não contando com a audição podem se considerar com mais uma desvantagem. Entretanto, percebo que seus empenhos e esforços individuais podem superar mais este limite.

No contexto universitário, a pesquisa é um instrumento fundamental para a construção do conhecimento, o que leva as constantes exigências de leituras. De acordo com Bisol (*et al*, 2010, p. 151) “Para muitos alunos, as dificuldades de leitura e escrita acabam desviando a energia e a atenção (e diminuindo o prazer) da construção de conhecimentos”.

Com relação às potencialidades apresentadas pelo aluno surdo, os relatos presentes nas respostas de 50% dos professores, é que os surdos possuem as mesmas capacidades que os alunos ouvintes.

Conforme citado pelo PROFESSOR D:

Inúmeras. São inteligentes e interessados. Acredito que como “sujeitos aprendentes” podem nos surpreender. Admiro os acadêmicos dedicados e que não se deixam limitar por uma deficiência. São, na verdade – eficientes – eficientemente pessoas que podem alcançar grandes voos.

Há ainda, aqueles que têm dificuldade em reconhecer o potencial dos alunos, “Tem sido uma relação mais de compreensão das dificuldades que da experiência das potencialidades. Infelizmente” (PROFESSOR A).

Os professores que responderam o questionário consideram a presença do intérprete de extrema importância para a comunicação entre professor e aluno surdo. O PROFESSOR D considera que a presença do intérprete é um instrumento “Imprescindível. Os intérpretes são fundamentais. Estabelecem o “elo” necessário para que os alunos surdos superem a barreira de não ouvirem as explicações dos professores. Fornecem segurança para os acadêmicos”.

Com relação às dificuldades enfrentadas pelo professor no processo de ensino aprendizagem, grande parte dos professores concorda que faltam recursos, apoio pedagógico, materiais didáticos e formação na área específica da surdez.

Considerando que, “além das dificuldades que poderiam ocorrer ter alunos em sala é um desafio e oportunidade de aprender também com os acadêmicos (as) surdos (as)”. Diante disso, é preciso enxergar as barreiras de aprendizagem como uma oportunidade de aquisição

de conhecimento, tanto para o aluno, como para o professor que estiver aberto a buscar alternativas que possibilitem o aprendizado de todos e com isso, a inclusão.

Dentre as perguntas destinadas ao intérprete, está “Qual a sua formação/graduação?” as respostas obtidas estão de acordo com o estabelecido na lei 12.319/2010, que trata da regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete de LIBRAS.

Participaram desta pesquisa duas intérpretes, uma que acompanha os alunos surdos na turma pesquisada e outra que acompanha o professor surdo da universidade, que leciona na turma.

Os intérpretes que responderam às perguntas foram questionados sobre como é o trabalho de um intérprete em sala de aula. O INTÉRPRETE A conta que:

O intérprete é o mediador linguístico na sala de aula. Ele não é professor do aluno surdo, ele media a comunicação entre professor e aluno, aluno e colegas de classe, aluno e secretaria, entre outros. Para haver esta mediação eficaz o TILS¹ (Tradutor Intérprete) tem que ter competência, fluência e ética.

Com relação ao trabalho do intérprete, Bisol (*et al*, 2010, p.161) considera que “O intérprete assume seu papel de mediador, aquele que ‘portará a voz’ de um para outro [...]. Sem a presença do intérprete a comunicação se interrompe [...], embora eventualmente possa haver recursos compensatórios [...]”.

Entendendo a mediação da comunicação entre professor e aluno surdo, como uma tarefa do intérprete, questionou-se como é realizada esta mediação. Ambos os intérpretes relatam que as principais características que devem existir neste processo de mediação são a ética e fidelidade ao conteúdo. Para o INTÉRPRETE A “[...] tem que ser fiel à interpretação, não pode haver omissões, nem complementações por ele mesmo. Ele também é a voz do surdo no ambiente acadêmico, sendo fiel a tradução”.

Na questão 06, que relata sobre as estratégias usadas pelos professores, e observadas pelo intérprete, que possam facilitar a comunicação com o aluno surdo, o INTÉRPRETE B relata que “Não facilitam e às vezes, pensam que o aluno surdo é aluno do intérprete. E quando falamos para que ele traga um material que seja visual ele fala que não tem tempo”.

O INTÉRPRETE A conta que:

Alguns professores aceitam o jeito que o surdo escreve, o que facilita a autonomia do aluno, mas todas as disciplinas têm muitos textos e livros que estão na Língua Portuguesa e não na LIBRAS (1ª Língua do aluno surdo). A maioria dos professores, já utilizam vídeos com legenda até mesmo os alunos têm esta prática.

Alguns professores pediram filmes para assistir e fazer resenha, etc. Sempre filmes que tenham legenda.

Diante destas afirmações, nota-se que alguns sujeitos que compõe o ambiente universitário, vêm abrindo horizontes acerca da inclusão, buscando maneiras de fazer com que ela de fato aconteça.

Na questão 08 “Todo conteúdo da disciplina é repassado para o aluno por meio de LIBRAS ou existem outras estratégias? Comente sobre isso”. O INTÉRPRETE A relata que “Somente na Língua de Sinais. Estratégias de ensino são utilizadas pelo professor. Slides, imagem, filme legendado, etc”.

Os sujeitos surdos participantes desta pesquisa relatam que descobriram a surdez com aproximadamente 02 anos de idade e a partir disso, ingressaram no Centro Educacional de Deficientes Auditivos de Paranaguá (CEDAP), onde tiveram seu primeiro contato com a Língua de Sinais e também realizaram boa parte de seus estudos em escola inclusiva.

Com relação à Língua de Sinais e o seu uso, os alunos surdos entendem como a manifestação de sua cultura, identidade da comunidade surda e um direito garantido por lei.

Ao serem questionados se já sofreram algum tipo de preconceito na universidade, 100% responderam que sim, segundo estes alunos, alguns professores têm dificuldade em aceitar a língua de sinais. O ALUNO SURDO A diz que “Uma professora falou que não aceita LIBRAS dentro da sala [...]”.

Segundo Moura (2016 p. 35)

Entre os desafios para a construção de uma prática educacional que respeite e valorize a especificidade dos surdos, está a quebra dos preconceitos criados ao longo do tempo, por exemplo, serem considerados socialmente como inferiores e a imposição da oralidade, o que reflete na formação desse sujeito.

Considerando que a lei 10.436/2002, garante LIBRAS como segunda Língua oficial do Brasil e reconhecendo como um meio legal de comunicação e expressão, sendo assim um direito do aluno surdo usá-la, inclusive em sala de aula.

Quanto às dificuldades de aprendizagem, 100% relataram que sua maior dificuldade é com relação à leitura e compreensão de textos solicitados pelos professores, que geralmente são extensos e por se tratarem de textos em Língua Portuguesa, tornam sua aprendizagem deficitária. Segundo o ALUNO SURDO A “[...] os professores dão textos 80 folhas para ler, você acha os surdos conseguem ler 80 folhas? Não mesmo, porque texto português é mais complicado”.

Daroque (2011, p. 62) comenta o uso da Língua Portuguesa neste processo, dizendo que “É indispensável que o surdo domine a segunda língua, o Português. Para tanto é necessária a

adequação dos recursos e suportes oferecidos para que ele possa concluir com sucesso seu curso de graduação”. Neste sentido, é pertinente a cobrança relacionada ao uso do português, desde que sejam garantidos os suportes adequados para que o aluno tenha domínio da segunda Língua.

Na pergunta sobre quais disciplinas ou conteúdos tem mais facilidade, 100% afirmaram ter mais facilidade na disciplina de Práticas “[...] por que a professora sempre faz slides, dinâmicas [...] (ALUNO SURDO A)”. Para Daroque (2011, p. 70) “Quando a aula falada é complementada ou substituída por materiais escritos associados a recursos visuais, o aluno surdo sente-se mais capaz de entender, estabelecer relações e acompanhar as explanações traduzidas em LIBRAS [...]”.

Portanto, a adequação metodológica não serve apenas para garantir o aprendizado do aluno surdo, mas para que esse processo não seja maçante, e sim atrativo.

Ao responderem a questão acerca de suas experiências sobre a inclusão, os alunos surdos relatam que não se sentem incluídos, pois os professores não oferecem as adaptações necessárias para garantir sua participação na aula. Sentem-se isoladas por não poderem estabelecer uma comunicação efetiva na universidade, já que poucos dominam a Língua de Sinais.

O fato de a universidade abrir as portas para o ingresso dos alunos surdos, não oferece a ela a identidade de universidade inclusiva, pois para que isso se efetive existem mecanismos que de fato propiciam a adequação do meio para a recepção adequada dos alunos surdos, que é um princípio da educação inclusiva. Para tanto, a universidade vem caminhando para garantir o processo inclusivo adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação dos surdos é um processo construído historicamente, já que nos primeiros registros as pessoas com deficiência não eram consideradas cidadãs e obtinham uma educação baseada no assistencialismo, com o passar dos anos foram sendo estudadas formas para que houvesse um sistema de escolarização destinada à pessoa surda.

Os paradigmas começaram a ser superados e a pessoa com surdez começou a ganhar espaço na sociedade, sendo vistas como sujeitos com potenciais. A partir disso, leis foram desenvolvidas para que houvesse a garantia dos direitos destes indivíduos. Hoje é possível encontrá-los no âmbito universitário e para que isso acontecesse, as dificuldades encontradas no processo de escolarização na educação básica foram vencidas.

Agora, na universidade, novas barreiras são impostas ao surdo que ingressa nessa etapa educacional, sentir-se incluído neste espaço. Afim de que isso aconteça, a comunidade acadêmica precisa promover, além de mudanças estruturais, mudanças que contem com a atitude dos envolvidos neste processo. Cada um deve desempenhar um papel que vise promover a inclusão.

Na análise dos questionários aplicados com professores de um dos cursos da universidade, observou-se que muitos procuram promover ações que proporcionam o sentimento de inclusão nos alunos surdos, usando de recursos metodológicos para que isso venha se efetivar. Porém, ainda há aqueles que não compreendem a necessidade da adequação das aulas, para o aprendizado dos alunos surdos, agindo como se na turma houvesse apenas alunos ouvintes.

Dentre as adequações necessárias para receber um aluno surdo, a presença do intérprete torna-se indispensável, visto que os participantes da pesquisa concordam que este é um mediador da comunicação em meio aos ouvintes.

Os alunos ouvintes participantes da pesquisa, acreditam que o fato de os surdos estarem inseridos na universidade é uma garantia de que a inclusão vem acontecendo, considerando que o convívio entre surdos e ouvintes se dá, em sua maioria, harmoniosamente, mesmo com as dificuldades na comunicação.

No entanto, os principais envolvidos na pesquisa, os surdos, relatam questões que apresentam divergência quanto ao processo de inclusão, dizendo não se sentirem incluídos no ambiente universitário, destacando diversos fatores, como a falta de empatia de alguns professores, que deveriam compreender com mais facilidade o processo de inclusão, porém estes se recusam a adequar suas aulas, tentam proibir o uso da Língua de Sinais e aparentam sentirem-se incomodados com a presença do intérprete.

Diante das respostas obtidas pela participação dos professores, alunos ouvintes, intérpretes e principalmente dos alunos surdos, compreende-se que o processo de inclusão, mesmo recebendo certa atenção na universidade, por meio da disseminação da Língua de Sinais, que acontece mediante a oferta de cursos de LIBRAS e conscientização de alguns profissionais na adequação de suas aulas, o assunto ainda precisa ser mais debatido no âmbito universitário, pois é um processo garantido por lei e pouco executado neste ambiente.

REFERÊNCIAS

BETIM, Ana Claudia. **O Papel do Professor Diante da Inclusão de um Aluno Surdo**. 2013.

BISOL, Cláudia Alquati et al. **Estudantes Surdos no Ensino Superior: Reflexões sobre a Inclusão**. 2010.

BRASIL. Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 12/11/2017.

BRASIL. Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (estatuto da Pessoa Com Deficiência)**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015->. Acesso em: 04/08/2017.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação (Ed.). **Em 10 anos, número de matrículas de alunos com deficiência sobe 933,6%**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/18124-em-10-anos-numero-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia-sobe-9336>>. Acesso em: 20/06/2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is**. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016

DAROQUE, Samantha Camargo. **Alunos Surdos no Ensino Superior: uma discussão necessária**. 2011. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2011.

MOURA, Adelson Fidelis de. **Acesso ao Ensino Superior: a expectativa do aluno surdo do ensino médio**. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2016.

SILVA, Merlânia Lino da; DAXENBERGER, Ana Cristina Silva. **ENSINO DE LIBRAS PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR MEIO DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, [2015?].

SILVEIRA, Joseane Novaes da. **Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Regular**. 2013. 24 f. Monografia (Especialização) - Medianeira, 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4468/1/MD_EDUMTE_2014_2_123.pdf>. Acesso em: 10/07/2017.